

RESEARCH ARTICLE

Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: resistências para o enfrentamento de opressões

Nei Fonseca ^{a,1}, Laís Basso ^{b,2}, Ana Beatriz Tubino ^{c,3}

(a) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Campus Pelotas | RS, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5156989271056790>

(1) E-mail (Corresponding author): nejunior@ifsul.edu.br

(b) Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Campus Pelotas | RS, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5156989271056790>


(2) E-mail: laisbassoufpel@gmail.com

(c) Estudante do Curso Técnico Integrado em Mecatrônica/IFSul | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Campos Novo Hamburgo | RS, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2062411588111691>

(3) E-mail: anab201133@gmail.com

• História do artigo / Article history

Recebido: 31 agosto 2021 | Aceito: 02 janeiro 2022 | Publicado online: 21 março 2022.

© O(s) Autor(es) 2022 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0). 

RESUMO

Vivenciamos, no país, uma ascensão conservadora que, dentre outras marcas, traz a descrédibilização das reivindicações feministas, de gênero e diversidade. Partindo da ideia de que o acolhimento às mulheres em cursos técnicos é um desafio aos Institutos Federais, elegemos, como objetivo geral, aprofundar as discussões sobre a equidade de gênero na Educação Profissional e Tecnológica, na expectativa de iluminar lugares silenciados às mulheres e reiterar a importância do conceito de gênero como uma questão educacional e política. Especificamente, pesquisamos a participação das mulheres no Curso Técnico em Mecatrônica, nas modalidades Integrado e Subsequente, no Câmpus Avançado Novo Hamburgo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Para tanto, desenvolvemos pesquisa quantitativa e qualitativa com base em estudos sobre Feminismos, Gênero e Educação Profissional e Tecnológica e na realização; levantamento de registros acadêmicos; e análise de entrevistas semiestruturadas com estudantes e professoras.

Tratamos, nesse artigo, de um recorte da pesquisa, a partir da categoria “Resistências para o enfrentamento de opressões”. A título de considerações finais, as articulações apresentadas neste estudo apontam para a necessidade do fortalecimento de uma Educação Profissional e Tecnológica comprometida com a formação humana integral e permanente da comunidade acadêmica do IF Sul sobre as diferentes opressões, reconhecidas pela pesquisa ou ainda veladas.

Palavras-chave | Feminismos. Gênero. Opressões. Educação Profissional e Tecnológica. IF Sul. Mecatrônica.

ABSTRACT / RESUMEN

Gender in Professional and Technological Education: Resistance to Facing Oppression

Abstract | We are experiencing, in the country, a conservative rise that, among other marks, brings the discredit of feminist, gender and diversity demands. Based on the idea that welcoming women in technical courses is a challenge to Federal Institutes, we elected, as a general objective, to deepen the discussions on gender equality in Professional and Technological Education, in the hope of illuminating places that have been silenced for women and reiterating the importance of the concept of gender as an educational and political issue. Specifically, we researched the participation of women in the Technical Course in Mechatronics, in the Integrated and Subsequent modalities, at the Novo Hamburgo Advanced Campus, of the Federal Institute of Education, Science and Technology Sul-rio-grandense (IF Sul). Therefore, we develop quantitative and qualitative research based on studies on Feminisms, Gender and Professional and Technological Education and on achievement; survey of academic records; and analysis of semi-structured interviews with students and teachers. In this article, we deal with an excerpt of the research, from the category “Resistance to confront oppression”. As final considerations, the articulations presented in this study point to the need to strengthen a Professional and Technological Education committed to the integral and permanent human formation of the IF Sul academic community on the different oppressions, recognized by research or even veiled.

Keywords | Feminisms. Genre. Oppressions. Professional and Technological Education. IF Sul. Mechatronics.

Introdução

O presente artigo é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: participação das mulheres em um Curso Técnico em Mecatrônica”. Esse projeto foi selecionado em acordo com as disposições previstas no Edital PROPESP 03/2019, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IF Sul), contemplado com uma Bolsa de Iniciação Científica com recursos da Instituição. A pesquisa desenvolveu-se por uma equipe de servidores e estudantes do Câmpus Avançado Novo Hamburgo. Como hipótese, o Curso Técnico em Mecatrônica ainda naturaliza e reproduz assimetrias e relações de opressão a despeito de

suas pretensões democráticas, igualitárias e inclusivas.

Organizou-se a pesquisa a partir de um grupo de discussões e leituras, o qual se reuniu semanalmente, desde agosto de 2019 até fevereiro de 2021, que se propôs a estudar os feminismos na perspectiva de uma corrente plural e diversificada, a hierarquia de gênero e suas manifestações na ciência e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Extraiu-se desses encontros a demarcação do problema de pesquisa: Que condições as mulheres experienciam na EPT e quais os obstáculos a sua vivência equitativa no Curso Técnico em Mecatrônica? Tal problema emergiu do objetivo geral: aprofundar as discussões sobre a equidade de gênero na EPT, na expectativa de iluminar lugares silenciados às mulheres e reiterar

a importância do conceito gênero, levando em conta a sua abordagem educacional e política.

As leituras sobre os feminismos provocaram o questionamento acerca da singularidade do ser mulher. A interpretação reducionista de um modelo de “mulher universal” fica ainda mais fragilizada diante de outros aspectos usualmente desconsiderados, como a diversidade de classe, étnica-racial, de orientação sexual, de geração e de nacionalidade da população feminina. Notou-se, nesse percurso, o seu significado plural, bem como a sua vinculação com esses outros conceitos, para demonstrar as facetas naturalizadas de uma sociedade que, para além de ser sexista, mostra-se também racista, etarista, xenofóbica e classista.

As características da condição humana e os conflitos de interesses individuais e sociais são elementos importantes para aprofundar os desafios enfrentados pelas mulheres no universo da formação técnica de nível médio. A base conceitual da EPT recebe uma nova perspectiva na medida em que se reconhece que os saberes específicos de um campo profissional são insuficientes para proporcionar a compreensão da totalidade da realidade e da própria profissão. A razão de ser do IFSul não se resume em formar um profissional para o mercado de trabalho, mas, sim, um cidadão para o mundo do trabalho – uma pessoa que possa decidir sobre a sua trajetória pessoal e profissional. Isso significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador ou uma trabalhadora não pode ser sujeito ativo política e intelectualmente.

A educação ofertada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual se inscreve o IFSul, tem o compromisso de proporcionar uma formação assentada em um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores historicamente excluídos; uma educação que assimila os princípios e conceitos da escola e ressignifica aqueles gestados pela sociedade organizada. Seguindo o pressuposto de que a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, segue-se nessa investigação, reconhecendo e repensando a nova institucionalidade promovida pelos

Institutos Federais. Formou-se, então, um movimento coletivo, na expectativa de produzir conhecimentos e ressignificações sobre as práticas da EPT, dos sujeitos, dos corpos marcados pelo gênero e pelas experiências de sexualidade. O desafio posto é constituído pela relevância da promoção de discussões, no espaço escolar, a respeito da visibilidade das mulheres que vivem seus corpos e seus prazeres de formas não normativas.

Fundamentação teórica

Quando se trata de temas envolvendo questões tecnológicas e profissionais, a questão de gênero emerge como uma chave de leitura. A crença na existência de diferenças incalculáveis entre homens e mulheres, assim como a suposição de que essas diferenças possuem justificativas biológicas e inatas, torna-se um viés muito presente, não apenas no senso comum, mas em debates acadêmicos e em setores produtivos. Questiona-se a formulação de que a biologia é o destino, pois se observa que a distinção entre sexo e gênero atende ao raciocínio que, por mais que o sexo pareça desconectado em termos biológicos, “o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2018, p. 26). Se gênero e ciência são construções humanas, também se pode produzir uma ciência feminista, com oportunidades e representatividades equânimes.

A ciência tem caráter sexista, centrada em uma pretensão de objetividade, que é “androcêntrica, branca, ocidental, heterossexual e localizada nas classes mais abastadas da sociedade” (LIMA, 2013, p. 795-796). Em outros termos, é excludente. Conceber o caráter objetivo e neutro da ciência, nesse formato, deslocado do protagonismo humano, da diversidade e do feminino, significa apagar concepções socioculturais e recusar a autenticidade humana. Este destaque, que tem um caráter geral, particulariza-se em um cenário agravado na parcela de ciências, habitualmente denominadas

“duras”. Isso ocorre como resultado do reflexo de uma identidade sexual socialmente constituída, formatada por pressões sociais de pais e professores que, por exemplo, “encorajam e motivam os meninos, mas não as meninas, para a Matemática. A partir de então, ela passa a ser ‘coisa de meninos’” (VELHO; LEÓN, 1998, p. 313).

O projeto educacional que mobilizou a criação dos Institutos Federais (IFs) é marcado pelo desafio de colocar em diálogo diferentes modalidades de ensino, procurando estabelecer uma concepção de formação que supere as barreiras entre níveis e modalidades, possibilitando a continuidade da formação de estudantes oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2012 (BRASIL, 2012, 14-16), que deu origem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir da concepção da formação integral, propõe-se a alargar a cultura dos educandos e articular um “processo dinâmico de socialização”. Este processo engendra a proposta de uma formação completa que, por missão, inclui os conhecimentos científicos e, em um mesmo grau de articulação, percebe também importantes o desenvolvimento de reflexões críticas, que venham a expressar e assumir uma “identidade unitária” e contextualizada.

Para a organização curricular, considera-se como valores essenciais os sociais, o bem comum e a ordem democrática. Trata-se de um modelo de ensinar pensado para não se desorientar da realidade, mantendo o olhar humano voltado para a pluralidade e para o respeito as diferenças. A concepção de formação humana integral aponta à possibilidade de constituição de um sujeito capaz de “enfrentar os desafios cada vez mais complexos do dia a dia de sua vida profissional e social” (BRASIL, 2012, p. 11). Destaca-se a urgência da reflexão e da problematização sobre a história das mulheres, as relações entre os sexos, as sexualidades e as questões de gênero. Permite-se, assim, refutar a compreensão de que a ciência é neutra em relação às questões de gênero, uma vez que os valores,

geralmente atribuídos às mulheres, supridos do saber científico e as desigualdades entre homens e mulheres foram assimiladas à produção e à estrutura do conhecimento produzido no campo da ciência.

Pensar as questões de gênero em relação à EPT, demanda a defesa de uma reformulação substancial nos modos de se compreender e organizar sua concepção, que pretende a superação da instrução tecnicista. Para que mais mulheres possam escolher a carreira de técnica em mecatrônica ou áreas afins, torna-se indispensável abandonar a pressuposição, tradicionalmente aceita, que embasa a cultura profissional e os conteúdos da ciência pela via do caráter androcêntrico, relegando às mulheres uma representatividade menor. Conforme apontado por Lima (2013, p. 800), este contexto pode ser percebido em escala nacional e mundial:

as mulheres continuam sendo minorias e sub-representadas, especialmente quando se trata das carreiras relacionadas à tecnologia, como no caso da Computação e da Informática. Esse registro não acontece apenas no Brasil, onde o percentual de homens no curso é de 79,9%, mas também em outras regiões do mundo.

Das experiências em um Curso Técnico em Mecatrônica, pode-se inferir que as questões de gênero atravessam a vivência das pessoas que dele fazem parte. Buscar entender como estas são afetadas em um contexto em que, historicamente, as relações sociais e de gênero seguem um determinado padrão, torna-se uma estratégia política-pedagógica importante, posto que indica quais relações nocivas são reproduzidas no âmbito institucional. Lima sinaliza que se “a sociedade prima pelo valor da igualdade, a meritocracia no ambiente acadêmico não tem se revertido em igualdade de gênero dentro das instituições de ensino” (2013, p. 813); por isso, esta pesquisa sinaliza para um cenário que precisa ser repensado.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos, de natureza qualitativa, buscam aprofundar discussões sobre a equidade de gênero na Educação Profissional e Tecnológica com o propósito de fortalecer uma cultura educacional que reduza as desigualdades relacionadas ao tema; compreendem um conjunto de etapas e processos interligados e, por vezes, concomitantes, os quais incluem: a) pesquisa bibliográfica e estudos coletivos e regulares sobre os temas centrais da pesquisa; b) análise e produção de dados sobre o percentual de mulheres, professoras e estudantes, que compõem um curso Técnico em Mecatrônica da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; c) entrevistas semiestruturadas com estudantes e professoras que fazem parte desse curso.

A partir do grupo de estudos, foram organizados encontros semanais entre os pesquisadores, os quais tematizaram Gênero, Feminismos e EPT por meio de estudo, exame de artigos e livros acadêmico-científicos. A metodologia contou, ainda, com a análise do quantitativo de mulheres que integra o corpo docente e que ingressou como discente no curso, por meio de diagnóstico realizado a partir dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC), nas modalidades Integrada e Subsequente, e de dados disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Por sua vez, a realização de entrevistas semiestruturadas, desenvolvidas via plataforma digital (Google Meet), compreendeu o planejamento, a realização, a transcrição e a análise – a partir de duas categorias. Neste artigo, dedica-se, unicamente, na apresentação da categoria “Reprodução social e as desigualdades entre homens e mulheres na educação”. As entrevistadas foram 5 (cinco) mulheres que integram, na condição de estudantes ou de professoras, a comunidade do Câmpus Avançado Novo Hamburgo do IFSul, nas modalidades Integrado e/ou Subsequente. O desenvolvimento dessas etapas metodológicas carrega a

intencionalidade de produzir informações, comunicar e refletir sobre a fundamentação teórica da EPT, em que gênero é um conceito fundamental.

Em uma pesquisa qualitativa, segundo Lüdke e André (1986, p. 11-13), fundamentadas em Bogdan e Biklen (1982), o pesquisador é o principal instrumento de produção de dados, os quais são principalmente descritivos, produzidos em contato direto e prolongado com o ambiente e a situação investigados; “a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto”, ao estudar como determinado problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas; “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial”, sob a perspectiva dos sujeitos da pesquisa, e “a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo”.

A escolha pela entrevista semiestruturada justifica-se por permitir uma produção de informações mais livre, sem sugerir um padrão de respostas, o que favorece a descrição dos fenômenos sociais e de sua compreensão (MANZINI, 2004). As entrevistadas foram devidamente informadas, a partir de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que concordaram em autorizar a utilização, divulgação e publicação, de maneira anônima, para fins acadêmico-científicos, do conteúdo de seus depoimentos, no todo ou em parte. As questões orientadoras das entrevistas semiestruturadas foram elaboradas pelo grupo de pesquisadores, constituído por professores, técnicos administrativos em educação e estudantes bolsistas que atuam na instituição investigada.

Resultados e discussão

Esta categoria foi construída, também, a partir das respostas dadas pelas estudantes e professoras à seguinte questão: “Você gostaria de deixar algumas sugestões para tornar o Curso Técnico em Mecatrônica mais respeitoso e/ou acolhedor às mulheres?”. A intencionalidade dessa questão e dessa categoria é justamente refletir e

teorizar sobre as possibilidades de contribuir com um espaço institucional e extra institucional cada vez mais marcado pela equidade de gênero. O desvelamento e o enfrentamento de, pelo menos algumas, desigualdades que atendem a padrões de gênero, permite avançarmos no sentido de uma vida social mais justa e digna para todos e todas. Colling e Tedeschi (2015) nos ajudam a compreender como é saudável para toda a sociedade avançar na equidade de gênero, entendida como a igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens e mulheres, do ponto de vista do acesso a direitos sociais, políticos e civis. Fica sublinhada a necessidade de criarmos alternativas para enfrentar as diferentes opressões históricas, que ainda assolam nosso país, nossas escolas, nossas casas e diferentes espaços sociais.

Entendemos o gênero como uma das concepções que organizam nossas experiências no mundo social, portanto, as questões de gênero introduzem-se em toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O conceito de gênero nos provoca a perceber que ser homem e mulher resulta de uma construção social e cultural; trata-se de uma importante distinção da dimensão biológica, desse modo, não somos apenas um produto de nossa anatomia. Se pensarmos rapidamente, temos vários exemplos de que hierarquias de gênero persistem e que, geralmente, elas são em favor do masculino (COLLING; TEDESCHI, 2015). Por que homens ganham salários mais robustos, exercendo as mesmas profissões que mulheres? Por que as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos? Por que os homens são considerados mais aptos para estudar e trabalhar em áreas técnicas?

Trabalhamos num recorte a partir dos feminismos; refletimos e teorizamos, sobretudo, como são ou como poderiam ser as condições do ser mulher em uma instituição de EPT. Consideramos tão pertinentes quanto esse ponto de vista, a condição das pessoas que sofrem opressões por sua orientação sexual, sua cor, sua classe social, sua deficiência, sua forma de ser. Conforme bem pontuado por Ribeiro (2017),

pensar as posições relativas de homens e mulheres na sociedade, sob a perspectiva de gênero, implica em uma necessária vinculação com classe, raça e sexualidade, tendo em vista o conceito de interseccionalidade. Essa visão interseccional denota que a constituição humana não pode ser analisada por dimensões isoladas, ela foi uma constante nos estudos realizados e esteve muito presente no depoimento de uma entrevistada ao afirmar que enfrenta inúmeros desafios ao longo da vida por ser mulher, mas reconhece seus privilégios por ser branca e de classe média.

Nas entrevistas, evidenciamos que são realizadas ações institucionais comprometidas com a emancipação de setores historicamente excluídos. Entretanto, também fica destacada a percepção de que mudar a tradição é algo que não depende somente do IFSul e nem ocorre no tempo esperado. As pessoas que integram a comunidade do Instituto Federal, por mais que tenham a intenção de superar diferentes opressões históricas, são desafiadas diariamente a romper com heranças nocivas da tradição machista e da cultura dominante. Não basta discordar das desigualdades e mazelas reproduzidas no contexto educacional, é preciso pensar e agir em prol da defesa da diversidade cultural, da luta antirracista, antimachista, anti-homofóbica, reconstruindo conceitos que integram os princípios da formação humana. Ao passo que a tradição traz muitos exemplos que perpetuam injustiças históricas, ela também traz esperança de que a educação e os movimentos sociais possam promover transformações políticas, sociais e educacionais. As lutas feministas, em suas diferentes expressões, vêm transpondo e realinhando limites no que diz respeito ao voto e a representatividade feminina; ao acesso das mulheres à educação e ao mundo do trabalho; aos direitos no casamento e no divórcio; à integridade física das mulheres; ao controle de sua capacidade reprodutiva e de seus corpos; entre outros.

Sobre as lutas individuais e coletivas, que envolvem a desigualdade de gênero, as entrevistadas mencionaram importantes conquistas nesse sentido, como é o caso da institucionalização do Núcleo de Gênero e

Diversidade, na Reitoria e nos diferentes Câmpus que constituem o IFSul; da representatividade de mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens; e do não silenciamento diante de situações machistas. Sobre esse último aspecto, uma entrevistada relatou uma experiência em que estudantes uniram-se e não entraram em uma aula, em sinal de protesto a uma situação avaliada como machista. Nas palavras da entrevistada “Aquele vez que vocês se juntaram e fizeram, eu achei aquilo de uma maturidade política, falei pra vocês né? De não entrar em sala (...). Aquilo ali foi machismo na enésima potência e vocês reagiram, aquilo ali foi muito pedagógico. Uma escola não é só sala de aula, aquilo ali foi uma aula”. Essa narrativa vai ao encontro do que diz Freire (1978), sobre os sujeitos aprendentes e os sujeitos ensinantes nas escolas, todos. Ninguém vai à escola somente para ensinar ou somente aprender, não se trata de mera transferência em sentido unilateral, mas de ricas trocas.

Evidenciamos, a partir dos relatos das estudantes e das professoras sobre suas trajetórias profissionais e de vida, que o IFSul e a comunidade que dá vida a ele, têm demonstrado um compromisso em avançar em pautas como a democracia, a equidade e a inclusão. Ainda assim, persistem casos de naturalização e reprodução de assimetrias e relações de dominação. As sugestões para tornar o Curso Técnico em Mecatrônica e a Instituição mais acolhedora e respeitosa às mulheres dizem respeito à vigilância permanente, ao que categorizamos, nessa análise, por **Resistências para o enfrentamento de opressões**. Ela se viabiliza, principalmente, pelo caminho do diálogo; da conscientização sobre desigualdades sociais; da ocupação e criação de espaços em que todos e todas são respeitados; da incorporação dessa temática às práticas pedagógicas e ao currículo; da perseguição dos princípios da formação humana integral; da representatividade e da sororidade.

Na fala desta entrevistada, inferimos uma sugestão importante para o acolhimento feminino, a solidariedade promovida entre as mulheres “a gente deve incentivar e ajudar a nós mesmas, porque é o único jeito. Na verdade, não é

o único jeito, acho que devem ter outras maneiras. Mas é o único jeito que eu consigo pensar, é a gente se apoiar e a gente estar sempre juntas ou estar à disposição para ajudar a outra”. Tais ideias remetem à noção de sororidade, compreendida pela irmandade entre as mulheres, cis e transgênero, em um olhar que contrapõe perspectivas misóginas, caracterizadas por incitar a rivalidade, a desunião e a competitividade feminina. Para Lagarde y de los Rios (2006), a sororidade é considerada uma estratégia feminista contemporânea, que articula as dimensões ética, política e prática. Trata-se de uma experiência subjetiva entre mulheres na busca pela construção de alianças e de apoio mútuo, de alteridade, para alcançar o empoderamento vital de cada mulher e contribuir com o enfrentamento social de todas as formas de opressão.

A promoção de diálogos, palestras, atividades, pesquisas, enfim, discussões teóricas e ações práticas sobre os feminismos foram sugestões muito presentes nas entrevistas. O que é representado na seguinte fala: “Há espaço para melhorar, com certeza. Tem que evoluir, tem. Tem que continuar batalhando, tem. Tem que falar e a gente tem que ter esses diálogos pra gente construir, melhorar cada vez mais”. De maneira direta ou indireta, todas as entrevistadas consideram a representatividade pertinente para melhorar o acolhimento e o respeito às mulheres. Uma entrevistada relata, por exemplo, que experiências em sala de aula, com uma docente, inspiraram-na a uma perspectiva diferente, de esperança, dentro do curso:

das matérias do curso a gente tem bem mais professores homens, então, acho que se tivesse mais professoras dessa área de mecatrônica, eu acho que nós teríamos um exemplo e pensaríamos ‘ela é uma professora mulher, por que eu não iria conseguir?’. Eu acho que eu iria me espelhar muito e acho que isso ia ser muito melhor e acolhedor, ter mais presença feminina. (...) Eu acho que muitas meninas não vão para o IF porque é uma matéria que todo mundo sabe que tem mais homens e elas podem

pensar que não vão se sentir bem e acabam nem indo. Tanto que dá pra ver pelo número de meninas que tem nas turmas.

Este recorte das entrevistas é complementado por outros depoimentos, igualmente observantes da necessidade de estímulos que advém da maior presença feminina; o ver-se no outro, a identificação. O fenômeno da representatividade, assim como o gênero, é um construto social, relacionado “ao fortalecimento de grupos sociais que se formam a partir da exclusão por ideologias e culturas dominantes-opressoras” (SANTOS MIGUEL; SCHLÖSSER; BEIRAS, 2020, p. 2). Sentir-se representada consiste em um avanço em direção ao enfrentamento de culturas dominantes-opressoras. Uma das entrevistadas mencionou essa ideia ao citar os caminhos inaugurados por mulheres, quando são as primeiras a fazer algo, seja ser doutora em determinada área, seja ocupando postos de trabalho tradicionalmente masculinos, seja recebendo salários equivalentes aos homens, entre outros.

A gente tem que ocupar esses lugares, a gente tem que estar lá. E como é que a gente vai estar lá? Também não podemos baixar a cabeça e ficar só com um coitadismo. Tem momentos que tu tem que engolir o choro e, realmente, segue o baile porque senão tu não vai chegar lá onde tu quer. Segue firme e forte (...).

Outro relato também ressalta a importância de aumentar o número de mulheres no Curso, “talvez focar em um marketing para isso: para chamar mais atenção para mais mulheres fazerem”. A seguinte entrevistada também reclama a presença feminina: “então acho que se isso fosse mais falado, do tipo ‘isso é um curso para todos, todos podem’ e tivesse mais presença feminina acho que tudo isso iria melhorar também”. Ao analisarmos o quantitativo de mulheres no Curso Técnico em Mecatrônica

pesquisado, observamos que o número de professoras que atuam nas Modalidades Integrada e Subsequente fica em torno de 25% a 30%. No que diz respeito às estudantes mulheres que ingressaram na modalidade Integrada, de 2018 até 2020, o quantitativo é de aproximadamente 25%; e na modalidade Subsequente, de 2015 até 2020, esse número representa cerca de 8%. Observamos o quanto ainda é preciso problematizar, desconstruir e sintetizar conceitos e valores presentes na cultura formativa da EPT, buscando questionar a ausência das mulheres em espaços privilegiados e em lugares na hierarquia social. A tarefa de exigir cidadania igual para mulheres e homens traduz a justificativa de ações como esta pesquisa, que coloca em voga premissas básicas das hierarquias sociais e do próprio funcionamento institucional.

Uma das entrevistadas alerta para a necessidade, inclusive entre as mulheres, de autovigilância, porque mesmo tendo vivenciado diversas experiências práticas e teóricas feministas, ela mesma afirma reproduzir comportamentos de caráter machista. Ela trouxe elementos para avaliarmos os espaços em que os temas gênero e diversidade ficam restritos e onde poderiam desenvolver-se. Ela relatou como tem feito para incorporar esses temas às práticas pedagógicas e ao currículo, defendendo que “tem que trazer e trazer para o cotidiano da sala de aula, eu tento na medida do possível, né? (...) o que tá no currículo que a gente trabalha em sala de aula, o modo que eu trato a minha aluna mulher”. Pontuamos, como desafios, a proposição de transformações curriculares e de práticas pedagógicas no sentido de: incluir as narrativas dos grupos historicamente silenciados, a partir de seus próprios pontos de vista; promover a formação profissional continuada à comunidade escolar, na expectativa de ampliar os conhecimentos sobre os mais diversos elementos sociais e sua inclusão no contexto escolar; criar um ambiente de escuta sensível, no qual servidores e estudantes possam dialogar sobre seus dilemas; pleitear investimentos financeiros sistemáticos; e desenvolver estratégias pedagógicas, voltadas à socialização e à construção

da cidadania, privilegiando o desenvolvimento humano e a inclusão social, cultural e produtiva.

É necessário somar-se à efetivação dessas propostas, em conformidade com o relato das entrevistadas, a ocupação de lugares pedagógicos e administrativos pelas mulheres na instituição, com vistas à igualdade de posições, tradicionalmente masculinizadas. Desse modo, há a concordância de que se deve atuar sobre estigmas, que eventualmente ocorrem ou que comumente já ocorreram. Outra reivindicação, presente nas entrevistas, sinaliza para a criação de espaços institucionais de diálogo efetivo e escuta acolhedora, para que os sofrimentos das pessoas que constituem a comunidade IFSul sejam respeitados, suas dores sejam ouvidas e que de fato isso produza movimentos, ações, empatias, solidariedades, desconstruções e reinvenções. Uma entrevistada reconhece a importância dos espaços de escuta já existentes, ao mesmo tempo em que manifesta a demanda de que esse movimento não cesse, mas seja ampliado, produza ações e mudanças para enfrentar as opressões denunciadas. Sobre o não silenciamento, presente em diferentes falas, podemos citar, o trecho: “[precisamos] continuar mexendo nessa ferida, que é uma ferida exposta e que um dia a escola não precise tratar (...). Então, essa é a sugestão, que a gente não se amedronte também né? Não se intimide”.

O conjunto das entrevistas reforça a disparidade de posições entre homens e mulheres, no Curso Técnico em Mecatrônica e fora dele. De modo geral, os relatos colhidos respaldam a carência de uma participação equânime, uma vez que, efetivamente, não se permite às mulheres os mesmos espaços dos homens. Relegam-se, a elas, lugares de menor importância ou com pouco poder deliberativo. Não apenas este controle androcêntrico existente reflete-se na condução do Curso, e de seus rumos, mas igualmente na maneira como estudantes e servidoras o percebem, enquanto tradicionalmente masculinizado.

Considerações finais

As articulações apresentadas neste estudo apontam para a necessidade do fortalecimento de uma EPT comprometida com os princípios da formação humana integral, em diferentes níveis e modalidades. A reflexão torna-se enriquecida a partir do nexo entre a noção de reprodução social e as desigualdades entre homens e mulheres na educação, a qual perpassa aproximações com o mundo do trabalho, dos movimentos sociais, da ciência, da tecnologia, da cultura e dos direitos humanos, além do empenho em acompanhar e propor mudanças da própria concepção de educação. Isto corrobora com o previsto para a EPT na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que prevê a função social de formar para a cidadania e para o exercício de profissões, contribuindo para a compreensão e inserção do cidadão no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

A EPT carrega, em seus princípios políticos-pedagógicos, a dimensão da diversidade, do acolhimento das diferenças, do enxergar-se no outro, isto é, a dimensão da alteridade para a redução das distâncias sociais e econômicas juntamente com o combate à discriminação e à segregação. A formação oferecida pelos Institutos Federais procura proporcionar ao trabalhador uma percepção de sua condição de ator social, como protagonista em uma sociedade na qual participa não apenas como espectador, mas também como agente efetivo de ação e transformação. Cabe destacar que essa concepção de educação potencializa uma visão menos ingênua e mais assertiva a respeito do mundo, das relações sociais e dos arranjos produtivos.

Para uma análise engajada sobre a consolidação de um ambiente educacional comprometido com a justiça social e com a diminuição das disparidades econômicas, torna-se importante a discussão aqui travada acerca da participação das mulheres na EPT, com base nas significativas desigualdades de gênero, de raça e de classe da população brasileira.

Defende-se que a discussão sobre relações de gênero e sexualidades na e para a instituição escolar é um elemento primordial no processo formativo. Abordar a equidade de gênero, raça e

orientação sexual torna-se um modo de edificar caminhos para a redução das desigualdades e opressões existentes no Brasil. Faz-se premente uma prática pedagógica que “busque resposta à diversidade cultural, às necessidades dos sujeitos e de suas comunidades, à interação dos diferentes saberes, indo além da racionalidade instrumental que se restringe a uma educação justificada pelo atendimento às demandas de mercado” (PACHECO, 2012, p. 53). A pesquisa preconiza a necessidade de um empenho coletivo para enfrentar as estereotipizações existentes na sociedade e reproduzidas na formação escolar.

A investigação sobre gênero e EPT oportunizou a incorporação de outros conceitos de diversas autoras e autores que subsidiaram a fundamentação teórica dessa experiência de escrita coletiva, que teve a pretensão de ler criticamente as vivências de opressão das mulheres, no propósito de restituir lugares negados. A realidade sustentada durante anos, nas carreiras ou formações voltadas ao âmbito tecnológico, não privilegia um espaço igualitário no que diz respeito ao gênero.

Os resultados dessa empreitada compreendem a reformulação da identidade do Curso, em favor da equidade de gênero; a promoção de formação à comunidade acadêmica sobre opressões no campo da educação; a consolidação de uma cultura de igualdade de oportunidades a todas as mulheres integrantes da comunidade acadêmica; a ampliação e qualificação dos espaços de fala das mulheres; o sucesso na permanência e no êxito das estudantes e a redução da evasão de mulheres do Curso.

Destaca-se, ainda, como imperativo na atual conjuntura, o exercício de compreender, ampliar e qualificar o espaço das mulheres na EPT. A conjuntura mencionada é assinalada pela ascensão de governos de extrema-direita e pela pulverização de uma cultura conservadora no país e no mundo; à vista disso, o estudo sobre gênero tem se apresentado como contraponto de resistência fundamental, em especial, nas instituições educacionais e nos movimentos sociais. Identificamos latência e potencialidade em diferentes manifestações de resistências para o

enfrentamento das opressões reconhecidas ou naturalizadas. Resistências que possuem como ponto central o diálogo, a conscientização sobre desigualdades sociais, a ocupação e criação de espaços em que todos e todas são respeitados, a incorporação da temática gênero às práticas pedagógicas e ao currículo, a perseguição dos princípios da formação humana integral, a representatividade e a sororidade. Tais possibilidades não prosperam em ações ocasionais e não sistemáticas, mas na constância, na vigilância cotidiana e na intencionalidade de provocar uma formação permanente na comunidade acadêmica sobre opressões, subestimadas e ignoradas, inclusive, em instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Agradecimentos

Ao IFSul, pelo incentivo à pesquisa e pela Bolsa de Iniciação Científica.

Referências

1. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 11, de 9 de maio de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.
2. BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
3. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (Org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015.
4. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

5. LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Pacto entre mujeres sororidad**. Aportes para el Debate: México, 2006.
6. LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3): 793-816, setembro-dezembro/2013.
7. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso**. São Paulo: EPU. p.11-24, 1986.
8. MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais do Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, Bauru: USC, 2004.
9. PACHECO, Eliezer. (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. Secretaria de educação Profissional e tecnológica do ministério da educação – SETEC/MEC. Editora Moderna. Brasília, 2012, página 32-33.
10. RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
11. SANTOS MIGUEL, Samuel; SCHLÖSSER, Adriano; BEIRAS, Adriano. Revisão sistemática da literatura brasileira sobre representatividade de minorias políticas. **Quaderns de Psicologia**. 2020, Vol. 22, N. 1. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/quapsi/quapsi_a2020v22n1/quapsi_a2020v22n1p1526.pdf. Acesso em: 03 Fevereiro 2021.
12. VELHO, Lea, LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 10, p. 309-344, 1998.